

---

**CÓDIGO FLORESTAL OU CÓDIGO RURAL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA  
COBERTURA JORNALÍSTICA DE ZERO HORA**

**FOREST CODE OR RURAL CODE: A DISCURSIVE ANALYSIS OF  
ZERO HORA'S NEWS COVERAGE**

LAURA GERTZ<sup>1</sup>; ILZA GIRARDI<sup>2</sup>; CLÁUDIA MORAES<sup>3</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

**Resumo:** Este artigo analisa a cobertura do jornal *Zero Hora* sobre o Código Florestal através da Análise de Discurso de escola francesa. Identifica as denominações usadas para referir-se aos grupos envolvidos na questão e as formações discursivas a que estas denominações se referem. Analisa como estas formações se relacionam no discurso. Conclui que a formação ideológica ruralista norteia a construção do discurso jornalístico do jornal sobre o Código Florestal.

**Palavras-chave:** Discurso jornalístico. Código Florestal. Zero Hora.

**Abstract:** This article analyzes the *Zero Hora* newspaper coverage on the Forest Code through Discourse Analysis of the French school. Identifies the names used to refer to the groups involved in the issue and the discursive formations that these names refer to. Analyzes how these formations interact in the discourse. It concludes that the ruralist ideological formation guides the construction of the journalistic discourse of the newspaper on the Forest Code.

**Keywords:** Journalism Discourse. Forest Code. Zero Hora.

---

<sup>1</sup> Jornalista pela FABICO/UFRGS; e-mail: [laura.gertz@yahoo.com.br](mailto:laura.gertz@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Jornalista, professora no PPGCOM/UFRGS e orientadora do trabalho. Doutora em Ciências da Comunicação/USP, líder do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental CNPq/UFRGS; e-mail: [ilza.girardi@ufrgs.br](mailto:ilza.girardi@ufrgs.br).

<sup>3</sup> Jornalista e co-orientadora do trabalho. Doutoranda em Comunicação e Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus de Frederico Westphalen. E-mail: [chmoraes@gmail.com](mailto:chmoraes@gmail.com).

## 1. De onde partimos

Este artigo tem por objetivo identificar a formação ideológica que norteia o discurso sobre o Código Florestal no jornal *Zero Hora*. Para tanto, analisa a construção discursiva dos protagonistas do Código Florestal através das denominações utilizadas pelo jornal, observando de que forma este construiu/acessou o imaginário acerca dos atores e a forma que os posicionou no discurso. Apresentam-se neste artigo os resultados obtidos no trabalho de conclusão de curso de título “Protagonistas do Código Florestal: Uma análise discursiva da cobertura jornalística de Zero Hora”. A questão que motiva a produção deste trabalho é pensar de que forma o jornal – espaço de construção de sentido – aborda uma questão polêmica, que não é objeto de consenso e implica a convivência de discursos conflitantes. A construção discursiva de grupos em conflito e a produção de um discurso jornalístico acerca do tema passam a ser, portanto, o foco deste artigo.

Optamos por analisar as publicações do jornal *Zero Hora* por tratar-se do jornal de referência do Rio Grande do Sul, que pertence à maior empresa de comunicação gaúcha, a Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS). Para referir-se aos atores envolvidos na questão, o jornal os definiu através de grupos por generalizações como ambientalistas, produtores rurais, comunidade científica, políticos e sociedade civil. Ao defini-los no texto o jornal utilizou diversas denominações, usadas com maior ou menor frequência, a exemplo: produtores rurais, agricultor familiar, desmatadores; ambientalistas, ativistas, “verdes”, ecologistas, ONGs. Estas denominações, em suas posições no texto e sequências discursivas, significam de formas distintas, alinhando-se a formações discursivas diferentes e, dessa forma, fazem parte da construção do discurso jornalístico.

Utilizamos como referencial teórico-metodológico a Análise de Discurso, buscando compreender a construção de sentido no uso dessas denominações. A AD é adequada por explicitar os processos comunicativos, tomando como parte deste sentido a exterioridade neles inscrita. Através da AD demonstra-se de que forma as condições sócio-históricas de produção inscrevem-se no linguístico. “O desafio que a Análise do Discurso se propõe é o de realizar leituras críticas e reflexivas que não reduzam o discurso à análise de aspectos puramente lin-

guísticos nem o dissolvam num trabalho histórico sobre a ideologia” (Brandão, 1996, p.83). Tais ideias chave servem para a compreensão da forma como coerções ideológicas e as injunções de poder manifestam-se no texto jornalístico.

Para a realização da pesquisa, foram selecionadas publicações do período de seis meses, no intervalo dos meses de abril, maio e junho de 2011, bem como de novembro e dezembro de 2011 e janeiro de 2012. Este período foi escolhido por compreender um mês anterior e um mês posterior à primeira votação, no Congresso e no Senado, respectivamente, do Projeto de Lei 1.876/99, que estabelece um novo Código Florestal brasileiro. Em um total de 183 edições, foram selecionadas 81 em que foram publicadas matérias referentes ao Código Florestal. Após a análise do material o corpus foi reduzido a 45 edições do jornal *Zero Hora*, partindo de critérios que limitassem o corpus à temática escolhida para este trabalho – a análise das denominações. Os critérios de seleção restringem o corpus a reportagens jornalísticas, notas e artigos que tivessem por temática a alteração na legislação referente ao Código Florestal.

## 2. Denominações

A teoria crítica da linguagem formulada pela escola francesa da AD estuda a linguagem e a produção de sentido em seu uso, ou seja, a língua em funcionamento. A linguagem significa em seu uso por interlocutores inseridos em uma dada sociedade e a palavra, portanto, não possui um significado inerente ao signo, ela ativa um imaginário distinto (ideologia) de acordo com a sua colocação sócio-histórica (historicidade) (ORLANDI, 2005). Ao enunciar, o homem ressignifica o mundo sobre o qual ele enuncia. Porém, seguindo este raciocínio, pode-se concluir que pelo caráter arbitrário do signo,

[...] se por um lado a linguagem leva à criação, à produtividade de sentido, por outro representa um risco na medida em que permite manipular a construção da referência. Essa liberdade de relação entre signo e sentido permite produzir, por exemplo, sentidos novos, atenuar outros e eliminar os indesejáveis (BRANDÃO, 1996, p.27).

Estudos da relação signo, significado e referencial salientam esta relação fluida construída no texto. Uma palavra designa algo no mundo real, este é o seu referencial, aquilo que o enunciado enuncia. Esta relação linear é desconstruída a partir dos estudos de Frege (1978, apud MARIANI, 1998, p.108) em que se afirma que duas expressões linguisticamente diferentes podem ter sentidos diferentes mesmo tendo a mesma referência. Portanto, a escolha de signos e enunciados que remetem a um mesmo referencial interferem na construção de sentidos relativos a este.

Da mesma forma como a relação linguagem/sentido não se dá de forma direta, a relação sentido/referencial tem entremeios. Estas relações passam pelo campo da representação, da ideologia. Desta forma, a denominação não tem o seu referencial na realidade empírica, mas na ‘realidade’ construída pela ideologia.

Em termos discursivos, como afirma Pêcheux (1990, p.83, apud GADET, Françoise & HANK, Tony, 1990, p.61-163), o referente trata-se de um objeto imaginário e não da realidade física. Designar, portanto, é construir um referencial, significando a partir de uma formação discursiva. A construção deste referencial acontece através dos signos escolhidos e da memória discursiva ativada por eles, de paráfrases e metáforas discursivas, pelas x possibilidades de escolhas não feitas que significam através de sua ausência e, portanto, através da formação discursiva a que se alinham, tocando, assim, simultaneamente em questões de base linguística e histórica. A designação cumpre a função de estabilizar, na ordem da língua, uma formulação para a pluralidade de sentidos possíveis.

No discurso jornalístico, o processo de nomear produz um efeito de transparência, encobrindo o movimento de memória deste processo, como se os referenciais já estivessem construídos e fossem somente, e isentamente, acessados. O trabalho do analista é exatamente explicitar este processo e demonstrar como estas denominações se alinham às possíveis formações discursivas e, portanto, como constroem o discurso jornalístico.

### 3. Movimentos de significação

Passamos a apontar os principais resultados de nossa pesquisa que buscou compreender o modo como certos sentidos são colocados em discurso na utilização de denominações e analisar a construção discursiva do referencial invocado por estas denominações dentro do discurso jornalístico.

O Código Florestal movimentava diversos segmentos sociais que buscam proteger os seus interesses e ideologias. No estado do Rio Grande do Sul a questão torna-se bastante acirrada, especialmente pela tradição agrícola do estado. Neste quadro social insere-se o jornal *Zero Hora* - um dos maiores jornais de circulação diária no estado, sendo o sexto em circulação no país.

A associação de uma palavra a um referente e dos sentidos que emergem nela parecem fazer parte de um processo natural, encobrindo a opacidade do texto. As denominações utilizadas pelo jornal fazem mais do que nomear atores a serem citados no texto; elas significam em sua posição no discurso e constroem discursivamente o objeto de referência.

Ao longo da cobertura, o jornal *Zero Hora* utilizou diversas denominações para referir-se aos grupos de atores envolvidos na questão. Tratando-se do Código Florestal, pode-se inferir os possíveis grupos a serem citados no texto por seu envolvimento na questão: os agricultores em geral, os agricultores que desmataram, os ambientalistas, os cientistas, a população geral. Estes, entre outros possíveis, são atores interessados na questão e que, provavelmente, figuram no noticiário acerca do tema.

Neste artigo nos deteremos na construção discursiva dos atores ligados ao campo apresentando a forma como eles emergem no texto. Devido ao espaço restrito, a construção discursiva dos demais grupos será brevemente apresentada na conclusão, mas sem prejuízo para a análise como um todo. Foram identificadas as seguintes denominações utilizadas para referir-se aos grupos ligados ao campo: ruralistas; grandes e pequenos produtores; produtores rurais; agricultores; agricultores familiares; o campo; um dos mais dinâmicos setores da economia brasileira; desmatadores; homens e mulheres que investem na produção agrícola; gran-

des desmatadores; entidades ligadas ao campo; produtores rurais que promoveram desmatamento ilegal; produtores gaúchos; proprietários rurais; setor agropecuário.

Há uma pluralidade de denominações que, mesmo deslocadas de sua sequência discursiva, apontam sentidos diferentes e, em uma leitura descontextualizada, fazem referência a grupos distintos. No Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul grupos ligados ao campo possuem formações imaginárias fortemente estabelecidas. Elas são relacionadas à história da colonização do estado, ao imaginário acerca da imigração europeia, e até mesmo à memória relativa à Guerra dos Farrapos, momentos marcantes na história da região e constitutivas da identidade gaúcha. Esta memória discursiva traz consigo um imaginário de luta, sacrifício, produtividade, família e, principalmente, trabalho. Este movimento de significação pode ser observado no texto, no processo discursivo de referencialidade ao agricultor.

05 de abril, “Chega de briga”

SD1 - O Brasil se orgulha de ser uma potência na produção de alimentos e tem no campo uma de suas principais fontes de exportação, mas não consegue resolver de maneira transparente as inseguranças jurídicas que envolvem a área rural.

A sequência discursiva apresentada exemplifica um movimento de significação que direciona a referencialidade ao agricultor como gerador de riquezas para o país, trabalhador de um setor chave. Estas são características constitutivas do imaginário que cerca a classe e que é acessado no texto. Também são observadas caracterizações psicológicas, sentimentos e individualização dos integrantes do grupo campo.

06 de abril, “Produtores pedem urgência”

SD2 - Aflitos com a morosidade dos parlamentares, ruralistas de 18 estados e do Distrito Federal – coordenados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – passaram o dia ora sob uma forte chuva, ora debaixo de um sol escaldante, mobilizados pela aprovação das novas regras.

26 de maio, “Código Florestal: Governo arma nova estratégia”

SD3 - Se na semana passada o tormento de perder quase cem dos 700 hectares que mantém plantados com arroz pairava sobre o futuro do arroteiro Al-

fredo Martini, o alívio veio com a aprovação do novo Código Florestal, na terça-feira.

Estas características definem o agricultor como indivíduo, recorrente ao longo da cobertura, com nome e sobrenome, dotado de sentimentos e pertencente a uma classe que produz. Essa palavra, carregada de significação de progresso e crescimento ao alinhar-se na formação discursiva rural, é diretamente ligada ao referencial agricultor através da denominação produtor rural. Amplamente utilizada pelo jornal, esta designação vai abranger, no discurso de *Zero Hora*, a todas as classes de atores ligados ao campo, de pequenos agricultores a grandes agentes do agronegócio.

06 de abril, “O ideal e o possível”

SD4 - A manifestação de 24 mil pequenos, médios e grandes produtores rurais pela aprovação da mudança no Código Florestal foi como se soltassem um tubarão num tanque de água parada.

04 de maio, “Mais ajustes: Código Florestal deve ser votado ainda nesta quarta”

SD5 - O deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS) alerta que o novo texto esqueceu de garantir aos produtores o cultivo em áreas de várzea ou topo de morro. Nesse grupo estão arroseiros, vitivinicultores e produtores de maçã.

Os produtores rurais são, portanto, os principais interessados na questão do Código Florestal. Como demonstrado em SD4, este grupo é extenso e mobilizado para defender os seus interesses. A construção deste protagonista como um personagem e como representativo de um grande número da população marca o texto ao longo de toda cobertura. O produtor rural é plural, familiar, massa trabalhadora, pertencente a um setor chave da economia e amplamente mobilizado. O jornal destaca também a consciência do produtor de que é preciso conciliar produção e preservação.

24 de novembro, “Reflorestador profissional”

SD6 - Aos 65 anos de idade e cinco décadas de agricultura, o produtor rural Ivalino Poletto reserva todos os dias um tempo para algo que lhe tira lucro

financeiro, mas dá um ganho incalculável: plantar árvores. [...] Se pudesse cultivar as áreas, Poletto estaria colhendo 600 sacas de milho ou 240 de soja. Deixa de obter todos os anos cerca de R\$13 mil, mas ganha um ambiente saudável para os seus netos.

A SD acima exemplifica a construção discursiva de produtor rural. Um trabalhador pai de família, que busca tirar seu sustento da terra preservando a natureza para seus filhos. O grupo é retratado como sofrido, trabalhador, lutando para sustentar-se e carente de políticas que o apoiem. Portanto, a construção do imaginário acerca dos atores do campo - processo que não tem início no texto, mas acessa um discurso (ou discursos) em andamento – é uma peça importante no significado deste discurso. Este imaginário irá determinar a posição sobre quem o discurso fala (do que estou lhe falando, do que ele me fala?) peça chave na compreensão do processo discursivo.

Podemos destacar, na cobertura jornalística, outro protagonista da temática, o desmatador – agricultores que desmataram ilegalmente. Esta denominação possui uma carga semântica que é interpretada na sociedade como negativa, uma vez que já se construiu socialmente o discurso de preservação. A denominação, marcada pelo interdiscurso, é associada à ação de retirar a vegetação nativa de forma imprópria e/ou ilegal. E este uso pode ser encontrado no texto jornalístico em questão:

14 de abril, “Novela”

SD7 - Apenas um ponto se tornou consensual: o fim da anistia aos desmatadores.

23 de maio, “Polêmica no Campo: Cerco a Poalocci enfraquece Planalto no Código Florestal”

SD8 - [...] não abrimos mão das APPs, assim como não iremos anistiar os desmatadores – afirmou Vacarezza.

O uso do termo ‘anistia’, que também acessa um interdiscurso próprio, demonstra o efeito de sentido negativo promovido pelo uso da denominação – pelo dicionário o termo é definido como perdão geral a crimes políticos, como memória discursiva invoca a sua refe-

rência à ditadura militar. Pode-se, assim, afirmar que este termo acessa a memória discursiva da preservação por sua oposição: desmatar é o oposto de preservar.

O termo ‘desmatar’ retoma o discurso ambientalista em suas campanhas pela manutenção das florestas e é utilizado de forma pejorativa. O acesso à carga negativa pode ser observado pela impossibilidade de sua substituição na frase “multado por desmatar” por “multado por produzir”, “multado por cultivar” ou “multado por plantar”, não sendo possível acessar o mesmo sentido. A proposição de substituição por estes termos parece absurda, mesmo tratando-se de ações ligadas aos atores do campo. Dessa maneira, pode-se afirmar que o uso deste termo demonstra um enquadramento ao discurso de preservação – desmatar em oposição ao termo produzir. Cada ação caracteriza atores distintos (desmatador e produtor) e acessa formações discursivas distintas – FD preservar e FD produzir.

Demonstramos acima a caracterização dos atores do campo no jornal e como cada denominação acessa um imaginário ligado a formações discursivas distintas. Detemos-nos agora a observar de que forma estes atores interagem no texto e de que forma o discurso jornalístico fala sobre eles. Caracterizar a ação dos atores é caracterizar os atores em si e os juízos de valores tomados acerca destas ações são, também, juízos de valores quanto aos atores.

O discurso jornalístico de *Zero Hora* foi permeado pela estabilização do referencial de ator do campo como “produtor rural” e, como demonstrado acima, um imaginário acerca deste foi reafirmado no texto. Sabe-se que o referencial empírico de produtor rural e desmatador são coincidentes, não em sua totalidade, mas na questão do Código Florestal as punições dizem respeito à parcela de agricultores que desmatou. Enquanto o ator empírico é o mesmo, a referencialidade para uma denominação ou outra é distinta, emergindo em formações discursivas distintas e acessando interdiscursos distintos. O movimento de significação que buscamos explicitar por meio deste trabalho consiste no jogo de trocas e associações de formações imaginárias entre estes atores no discurso.

O discurso utiliza-se de várias formas de citar a parcela de produtores que estão em inconformidade com a lei atual e suas ações, como demonstrado pelas seguintes sequências discursivas:

13 de maio, “Um Código fundamental ao país”

SD9 - O impasse reside na punição a quem já derrubou árvore para plantar lavoura e criar gado. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, as pequenas propriedades avançaram sobre as reservas para transformar em renda cada hectare.

19 de maio, “Código Florestal fica para terça”

SD10 - O líder do PMDB, deputado Henrique Eduardo Alves, disse que o acordo prevê a votação do texto de Rebelo e uma emenda de autoria do PMDB, com intervenção ou supressão de vegetação em áreas de preservação permanente (APPs).

23 de maio, “Polêmica no Campo: Cerco a Poalocci enfraquece Planalto no Código Florestal”

SD11 - Denúncias ampliam risco de derrota, com eventual veto de Dilma a cultivo em áreas de preservação.

Nas sequências pode-se observar a escolha de substituir o termo desmatar por: avançar sobre as reservas, suprimir a vegetação, cultivar em área de preservação. A substituição aponta movimentos de significação que podem ser explicitados na opção pelo termo desmatar. “O impasse reside na punição a quem já desmatou para plantar lavoura e criar gado. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, as pequenas propriedades desmataram para transformar em renda cada hectare”; “O líder do PMDB, deputado Henrique Eduardo Alves, disse que o acordo prevê a votação do texto de Rebelo e uma emenda de autoria do PMDB, com intervenção ou desmatamento em áreas de preservação permanente (APPs)”; “Denúncias ampliam risco de derrota, com eventual veto de Dilma ao desmatamento”. A substituição é possível de ser aplicada, porém, acessa um interdiscurso diferente, e enquadra-se em uma formação discursiva distinta, produzindo outros sentidos. Destaca-se a SD 11, em que se relacionam termos como derrota ao veto da presidência ao “cultivo”, movimento de significação totalmente oposto ao criado pela associação deste termo em relação ao veto ao “desmatamento”. A paráfrase nesta sequência discursiva apresenta um jogo entre a ação cultivar, inerente ao agricultor, e a ação desmatar, do desmatador. Salienta-se na SD 9 o destaque dado à razão do desmatar “para transformar em renda cada hectare”.

O uso de “agricultores que desmataram” apresenta como parcela desta classe não seguiu a lei vigente e desmatou em áreas de preservação. As SDs seguintes demonstram o movimento de sentidos existente na substituição desta parcela de agricultores pelo todo da classe.

13 de maio, “Código Florestal: Votação pode ficar para junho”

SD12 - PMDB ameaça boicotar projetos do Governo que pressionará produtores com fim de prazo. A nova estratégia do Planalto é empurrar a apreciação do Código para Junho, para coagir os produtores rurais com a aproximação do fim do decreto que suspende a cobrança de multas ambientais, válido até o dia 11.

08 de junho, “Código Florestal: Governo deverá prorrogar decreto de reservas legais”

SD13 - O prazo vence no próximo dia 11 e, caso não seja renovado, prejudicará agricultores, especialmente na tomada de crédito em bancos estatais.

Como exemplificado nas SDs 12 e 13, agricultores que desmataram ilegalmente e os que preservaram são colocados sobre a mesma designação e descritos como um mesmo grupo – os produtores. Porém, o lado para qual pende o referencial da designação está bem marcado no texto pelos termos “coagir” e “prejudicará”. Os desmatadores que são somados ao grupo produtores, e não o oposto, os atores coagidos e prejudicados são aqueles que acessam a representação descrita ao início da análise – são os trabalhadores, pais de família, produtores. Salienta-se o grupo e sua representação, não a parte infratora e o imaginário carregado por esta. O movimento de identificar os atores que estão em falta com a lei com o produtor rural em geral pode ser observado ao longo da cobertura jornalística. Este deslocamento da representação do produtor rural sobre o grupo de agricultores que esta irregular acaba por promover um apagamento da representação de desmatador. Este movimento delimita sobre quem o jornal esta falando.

Neste processo significativo, a ação do desmatador também é encoberta pela ação do agricultor, e destaca-se no discurso o cultivar em lugar do desmatar. Uma ação substitui a outra por sua suposição – para cultivar em áreas de preservação, antes se desmata a área – e,

apesar de não remeter a uma realidade empírica diferente ou irreal, produz toda uma nova significação, enquadrada na formação discursiva de produzir. Este movimento de construção do referencial e sobreposição/substituição de um outro que se pretende amenizar pode ser observado:

06 de abril, “Produtores pedem urgência”

SD14 - A mercê das intempéries do Cerrado, cerca de 24 mil produtores rurais tomaram os gramados da Esplanada dos Ministérios ontem para exigir que os deputados federais votem com urgência o novo Código Florestal, em discussão desde 2010. [...] Produtor de arroz em Jaguarão, na zona sul, o ruralista João Alberto Dutra Silveira, 58 anos era um dos 200 integrantes da comitiva gaúcha que defendiam a proposta de Aldo. O arrozeiro foi multado em 15 mil reais e obrigado a apresentar um plano de recuperação das áreas de preservação ambiental (APPs) no ano passado por não cumprir todas as exigências da legislação.

A SD14 demonstra de que forma este deslocamento de representação significa no texto. Toda construção acerca de produtor rural é retomada na sequência – trabalhador sofrido, produtor de alimentos, parte de um grupo expressivo e organizado, com nome e sobrenome. Mesmo com o pertencimento ao grupo de agricultores que desmataram, explícito no texto, a referência não acessa em momento algum o imaginário acerca de desmatador, mas sim o posiciona como alguém “obrigado” a recuperar as áreas em que produz. Ao utilizar as denominações que acionam o imaginário acerca de produtor rural o discurso significa de forma diferente, colocando para o leitor uma situação em que julga as ações ligadas ao produtor. A formação imaginária desmatador não faz parte deste sujeito, é uma imagem expurgada. Dessa forma é possível observar qual questão está sobressaindo-se no jogo em disputa entre preservação ambiental e produção rural. O que está sendo julgado não é a ação de desmatar, mas sim a ação de cultivar, que acessa também um imaginário próprio, construído socialmente. Observa-se este deslizamento de sentido nas seguintes sequências discursivas:

29 de abril, “Rebelião ambiental”

SD15 - Entre outras propostas fica consolidado o perdão aos produtores que tenham desmatado antes de 22 de julho de 2008 e é repassado aos Estados a legislação sobre a conservação em margens de rios, em caso de áreas consolidadas.

11 de maio, “Código Polêmico: Governo cede, mas votação é adiada”

SD16 - Planalto decide perdoar plantações e pastos já existentes em APPs.

Observa-se que quando a frase demonstra uma resolução positiva ao grupo utiliza-se o “perdão aos produtores” e não anistia aos desmatadores, pois esta frase acessaria um interdiscurso que não é o dominante. Anistiar os desmatadores (não punir quem desmatou) enquadra-se em uma formação discursiva de preservação, um discurso internalizado na sociedade e que não pode ser frontalmente contestado. Portanto, não é possível anistiar os desmatadores, mas é possível perdoar os produtores. As escolhas de denominações no texto não são indiferentes para o sentido a ser produzido no discurso, diretamente afetado por estas estabilizações da representação. Analisar estes deslizamentos de sentidos propicia uma compreensão da forma como este discurso jornalístico esta sendo produzido.

#### **4. O discurso de Zero Hora**

Como afirma Pêcheux (1990), os sentidos das palavras podem mudar conforme a situação em que são usadas e o lugar social ocupado pelo sujeito que fala. É necessário, portanto, analisar estes elementos constituintes das condições de produção do discurso. De que posição fala o sujeito? Para quem ele fala? Sobre o que/quem ele fala?

O jornal fala de uma posição socialmente estabelecida de relator da realidade. É através de sua leitura que as pessoas buscam informar-se quanto ao mundo além de seu alcance imediato e quanto às questões que concernem aos seus interesses. Um pacto internalizado entre as partes pressupõe que o que é relatado corresponde à realidade e cabe ao lado produtor manter a sua credibilidade frente a este pacto. O jornal é, portanto, um espaço de legitimação de dis-

ursos. Esta, porém, não é a única posição assumida, pois a forma como o discurso é construído o define como sujeito.

As várias formações discursivas que disputam espaço no discurso moldam a forma como o sujeito enuncia e ao analisar de que maneira o sujeito alinha-se a estas formações discursivas é possível identificar a posição-sujeito que predomina no discurso.

A questão, como abordada pelo jornal, trata da produção agrícola e dos limites impostos a esta pelas leis de preservação ambiental. Assim, através da análise das denominações, pudemos observar a predominância da formação discursiva ‘produzir’ sobre a formação discursiva ‘preservar’ em um processo significativo naturalizado dentro do texto e apagado pela aparência de objetividade inerente à prática jornalística.

Com a ‘desnaturalização’ dos sentidos é possível identificar a formação ideológica que norteia a construção do discurso. *Zero Hora* posiciona-se como um jornal que, apesar de tratar de temáticas nacionais, busca a visão do ‘gaúcho’, tentando contemplar os interesses desta população. Esta prática subentende que haja um leitor imaginado ao qual o jornal se dirige – o povo gaúcho. Pela forma como o discurso foi construído, com predomínio da formação discursiva ‘produzir’, pode-se inferir certas características deste leitor imaginado pelo jornal.

O processo comunicativo é conduzido por movimentos de ‘antecipação’ (ORLANDI, 2005) através dos quais o enunciador – possuindo uma formação imaginária acerca do receptor a quem se dirige – prevê a forma como o seu interlocutor irá interpretar a sua mensagem. Estes movimentos de antecipação delimitam a forma com que o enunciador dirige a sua mensagem e a forma como se constitui em sujeito. Ao imaginar o seu leitor como um povo ligado – economicamente e culturalmente - às práticas produtivas do campo, o jornal antecipa a aceitação/rejeição ao seu discurso e, neste processo o adapta a este público imaginado. Assim, o jornal constitui-se em sujeito posicionado em relação positiva à formação discursiva ‘produzir’. É desta posição que o jornal enuncia, delimitando ‘para quem fala’, ‘sobre o que/quem fala’ e ‘quem é para falar assim’.

Este processo discursivo que não tem início no texto, mas se conecta a uma linha discursiva histórica e socialmente construída, define a formação de sentidos. Estes são trazidos

ao texto e são reflexo de uma visão de mundo socialmente aceita e internalizada através da sua repetição/construção nas páginas do jornal e na sociedade, ou seja, o discurso que vê a questão como de ‘produção’ não teve início na cobertura jornalística de Zero Hora, mas enquadra-se em um processo discursivo em andamento.

Estas formações discursivas destacadas no trabalho foram observadas como as principais a moldar o discurso do jornal, mas certamente não são as únicas. O discurso é construído pela relação de diversas formações discursivas em sua predominância, subjugação ou ausência. O sentido ‘desmatar’ apagado pelo sentido ‘produzir’ demonstra a forma como estes disputam espaço e se relacionam no discurso. Muitos outros atores e discursos fizeram parte da cobertura do evento, participaram da questão e seus discursos foram relegados a segundo plano na disputa por construir os sentidos.

Portanto, podemos afirmar que o jornal Zero Hora contribui para a consolidação da questão como um tema de cunho rural, que concerne às populações rurais e diz respeito à produção agrícola. A naturalização destes sentidos acontece pela construção gradativa dos mesmos socialmente e nas páginas dos jornais. O discurso jornalístico funciona construindo modelos de compreensão da realidade, criando trajetória de pensamento e agendando a população para certas temáticas. Observar o acontecimento e este movimento no discurso jornalístico demonstra o posicionamento do jornal frente à questão e propõe o questionamento frente à forma como a população apreende estes sentidos.

## 5. Considerações finais

Ao término do presente trabalho é possível observar o texto jornalístico de *Zero Hora* em sua opacidade. Sabendo que os sentidos são construídos ao alinhar-se a diferentes formações discursivas, pudemos desmembrar este processo e demonstrar de que forma os protagonistas dominantes do Código Florestal foram representados e como, a partir deste movimento, o sujeito discursivo posiciona-se.

Na análise das designações utilizadas no texto puderam-se identificar três processos significativos: um processo de construção simbólica dos atores do campo como produtores - personificados nas características gerais do pequeno produtor e tomados do status de povo/povo gaúcho, acompanhado de um movimento de apagamento da posição desmatador em substituição ao imaginário construído acerca de produtor. O posicionamento do ambientalista foi construído pelo jornal em discurso sobre “o outro”, uma oposição ao imaginário acerca do produtor (movimento abordado no TCC). Os sentidos foram apresentados aos pares, diferenciando-se como “contra” e “a favor”. Os produtores são apresentados como pró-mudanças, em busca de novas leis sobre a temática, enquanto que os ambientalistas são construídos discursivamente como contrários às mudanças e a qualquer nova lei quanto às limitações na produção. O outro é contrário ao avanço, à produtividade, ao cultivo e, novamente, a questão é centrada como referente à produção, não à preservação.

Este processo significativo demonstra de que forma o discurso estrutura-se na relação de soma, negação ou anulação entre as formações discursivas presentes. É através do apagamento do imaginário acerca do ‘desmatador’, pela sobreposição do ‘produtor’, que as ações ligadas ao primeiro – desmatar – dão lugar à ação de produzir. Assim constrói-se o discurso sobre o Código Florestal como uma legislação que trata dos limites da produção agrícola.

A formação da opinião pública e a construção da memória social são processos históricos que acontecem através da construção de discursos, a reafirmação contínua e, assim, a sua institucionalização. O jornalismo é um dos promotores deste processo, dada a constante presença na vida social e o status de espaço autorizado. Agronegócio, agricultor, agricultura familiar, cada termo deslocadamente aciona um imaginário diferente, mas construídos discursivamente podem ter uma representação única que, por movimentos de paráfrase e metáfora passam a naturalizar-se ao ponto de não mais ser invocado o imaginário individual, mas somente o representativo escolhido para o grupo: produtor rural. O discurso é esta linha de significação conjunta que se constitui pela relação de dominância de uma formação discursiva sobre as outras, processo apagado ao longo de sua constituição e, por este motivo, essencial de ser analisado. Somente ao realizar uma leitura atenta a estes conceitos, analisando as mar-

---

cas do discurso e observando o conjunto de textos como uma unidade que é possível compreender este processo de significação, tão relevante à sociedade.

### **Referências Bibliográficas**

- BRANDÃO, Helena. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 5ª edição, 1996.
- MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.
- ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 6ª edição, 2005.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise & HANK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1990, p.61-163.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.